



Revista Brasileira de Comércio Exterior

Ano XXXVIII

161

Outubro,  
Novembro e  
Dezembro  
de 2024

**Multipolaridade**

**Trade Finance & Negócios**

**Branding & Linguagem**

**SheTrader & Commodities**

Imagem de Gard Altmann por Pixabay



**FUNCEX**



**fundação  
centro de estudos  
do comércio  
exterior**

Ajudando o Brasil a expandir fronteiras

**EDITORIAL****2 G20 e desafios para 2025***Miguel Lins***ENTREVISTA****4 Atilio Rulli***Vice-presidente de Relações Públicas da Huawei América Latina e Caribe***COMENTÁRIO INTERNACIONAL****10 A economia e o cobertor curto***George Vidor***INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS****12 Internacionalização das empresas brasileiras no mundo multipolar***Antonio Carlos da Silveira Pinheiro***TRADE FINANCE****16 Trade Service e Banking as a Service... A inovação em Comércio Exterior!***Cristiane de Freitas***AMBIENTE DE NEGÓCIOS INTERNACIONAIS****18 A presidência brasileira do G20 em 2024: uma avaliação***Felipe Hees*

**28 La posible incorporación de Colombia a la Iniciativa de la Franja y la Ruta, puede ser la puerta a una gran oportunidad de desarrollo económico o su error más grave a nivel geopolítico**

*Santiago Cabrera Grajales***32 Exportação Acelerada: Expansão dos Negócios Internacionais***Henry Uliano Quaresma***36 Por um Programa Brasileiro de Sustentabilidade para as exportações***Marina de Almeida Bezerra Reis***38 Os reflexos das eleições norte-americanas na cadeia global de gás natural liquefeito e, em especial, no Brasil***Luis Augusto Medeiros Rutledge***INDICADORES FUNCEX****42 Séries históricas de indicadores do comércio exterior***Henry Pourchet***MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS****48 Mobilização de recursos internos para financiar as exportações com os acúmulos de ICMS nas vendas externas***Jorge Sabione***54 Mobilização de Recursos Internos para financiar as vendas externas com os créditos do Funrural de exportação indireta***Felipe Fortunato***BRANDING E LINGUAGEM****58 Qualificação Empresarial para Branding Intercultural como Estratégia Integrada de Promoção Comercial***Rodrigo Solano***64 O Papel da Linguagem no Comércio Internacional e nas Cadeias Globais de Valor***Paulo Pandjarian***PRÁTICA DE COMEX****70 Exportação de commodities***Romulo Del Carpio***78 Shetrader, She4trade e He4she para o Brasil***Mario Cordeiro de Carvalho Junior e Renata Sanchez*

## A economia e o cobertor curto



George Vidor

**George Vidor**  
é jornalista e economista

Os principais objetivos de política econômica geralmente são conflitantes. Crescimento mais acelerado, com menos inflação e ainda equilíbrio nas contas externas simultaneamente é algo que depende da conjunção de muitos fatores favoráveis. No entanto, é o que se busca no decorrer do tempo para que as condições de vida da grande maioria das pessoas possam melhorar.

Grande parte dos economistas formadores de opinião no Brasil acredita, com boa dose de razão, que os objetivos de política econômica aqui citados apenas poderão ser atingidos se for equacionada a questão fiscal. Ou seja, o déficit público nominal precisa diminuir significativamente para que o aumento da dívida pública seja estancado ou a rolagem do endividamento se torne sustentável no futuro relativamente próximo.

A dívida pública cresceu muito nas principais economias nas três últimas décadas. Nos Estados Unidos e na China atingiram patamares que deixariam qualquer outra economia na alça de mira. Tal crescimento se deve à facilidade de financiamento dessas dívidas. Parcela expressiva da riqueza global está acumulada em ativos mobiliários geridos por dezenas de milhares de fundos, dos mais diferentes portes, que correm atrás de rentabilidade, alimentando movimentos especulativos perturbadores para economias como a nossa.

A facilidade da rolagem leva governantes a empurrarem a questão da dívida para frente. Só se preocupam com o endividamento quando as amortizações e o serviço (juros) efetivamente envolvem desembolsos e comprometem os demais gastos orçamentários.

No caso brasileiro, as reações dos mercados diante do real e da curva de juros indicam que estamos próximos a uma situação limite. Como não dá para esticar muito a corda pelo lado da receita, de fato é necessário agir para se conter o aumento preocupante das despesas.

Entre as medidas que o governo brasileiro tem anunciado, algumas são palpáveis (como, por exemplo, a trava para o aumento real do salário-mínimo) e outras entram no rol daquelas que é preciso “ver para crer”.

Embora a economia brasileira venha demandando mais importações, as projeções para o saldo da balança comercial continuam apontando para valores bem elevados, e capazes de manter as necessidades de financiamento externo em parâmetros compatíveis com o fluxo de capitais direcionados para investimentos de médio e longo prazo no país.



de concentração de renda. Se, por um lado, procura-se orientar os gastos públicos para favorecer os mais necessitados, por outro esse esforço acaba sendo anulado por essa transmissão de juros para quem poupa mais, para quem está mais capitalizado.

Nessa administração de cobertor curto, não há mesmo outra saída que não a de atacar a questão fiscal. Não se trata mais de zerar o déficit primário. Mesmo um superávit primário equivalente a 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) já poderia desarmar apostas negativas, permitindo que o câmbio oscile em patamar que favoreça uma redução das taxas básicas de juros e, em consequência, possibilite uma diminuição relativa do déficit público nominal e a estabilização do endividamento. Esse deveria ser o desejo de todos nós para uma economia mais tranquila em 2025.

A flutuação do câmbio se deve majoritariamente a movimentos especulativos, em face das características desse mercado no Brasil, mais baseado em negócios futuros do que no fluxo imediato de entradas e saídas de moedas. As apostas em favor da economia brasileira esmoreceram, sem que na vida real haja muitos motivos para tal. O Brasil exporta mais petróleo do que consome internamente, possui um agronegócio pujante e, com poucas exceções, não tem forte dependência de fornecimentos do exterior (a exceção talvez seja a dos fertilizantes, o que também tende a ser atenuado dentro de algum tempo).

A desvalorização do real impulsiona exportações, mas encarece importações e outros serviços. O câmbio é historicamente fator de pressão inflacionária no Brasil. O país ainda luta para se livrar de uma longa herança inflacionária. Vários mecanismos de indexação – até mesmo automáticos – sobrevivem aqui, de modo que para neutralizá-los precisamos de índices de inflação mensais e anuais baixos, por volta de 3% ao ano, se possível.

Para tal, o Banco Central tem sido obrigado a recorrer a taxas básicas de juros que agravam o problema do déficit público. A conta de juros responde por quase toda a totalidade (90%, no mínimo) do nosso déficit nominal. Além de inviabilizar investimentos que podem aumentar a capacidade de produção e tornar a economia mais produtiva, tais juros se transformam em um canal

“

Se, por um lado, procura-se orientar os gastos públicos para favorecer os mais necessitados, por outro esse esforço acaba sendo anulado por essa transmissão de juros para quem poupa mais, para quem está mais capitalizado

”